



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



Sugestão

nº 241/2006

Art. 1º. Qualquer cidadão, em pleno gozo dos direitos políticos, poderá ajuizar ação civil para decretação da perda do cargo de membro do Judiciário ou do Ministério Público baseando-se em falta de decoro, conduta incompatível com o cargo, baixa produtividade, desídia, pouco aperfeiçoamento intelectual, ou atuação contrária aos interesses sociais.

Art. 2º. A ação será proposta diretamente no Tribunal competente para julgamento criminal previsto na Constituição Federal ou por simetria e assinada pelo próprio peticionário.

Art. 3º. O Ministério Público deverá officiar nos autos.

Art. 4º. Se condenado em processo por crime doloso com pena acima de dois anos, em ação de improbidade ou ação popular, a perda do cargo será automática após o trânsito em julgado.

Art. 5º. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa:

A atuação deve sofrer controle social, principalmente pelo fato de que vem sendo exercida em nível de políticas sociais. O controle social não seria absoluto, pois o julgamento seria feito pelo Tribunal Judicial, mas já seria uma avanço e ainda seria obedecido o princípio da vitaliciedade.